

PARECE, MAS SERÁ QUE É? UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE PÁGINAS DO PORTAL *JORNAL DA CIDADE ONLINE*

ANDREY ISTVAN MENDES CARVALHO*

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em: 19 jan. 2024. Aprovado em: 5 abr. 2024.

Como citar este artigo: CARVALHO, A. I. M. Parece, mas será que é? Uma análise semiótica de páginas do portal *Jornal da Cidade Online*. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 1, p. 70-87, jan./abr. 2024. DOI 10.5935/cadernosletras.v24n1p70-87

Resumo

O presente trabalho, pautado nos pressupostos da semiótica discursiva (Greimas; Courtés, 1989; Fiorin, 2000; Barros, 2001), visa identificar as estratégias de construção discursiva de um *site* conhecido pela difusão de discursos de desinformação: o portal *Jornal da Cidade Online*. Buscamos mapear, nesse sentido, recorrências formais que permitissem delinear algumas das características proeminentes, como as já apontadas por Barros (2020), que podem permitir reconhecer e desmascarar esses discursos de desinformação. Nossas conclusões apontam que a predominância de estratégias sensíveis, oposta à construção de uma

* E-mail: andrey_carvalho@letras.ufrj.br. Bolsista Capes/Programa de Excelência Acadêmica (Proex).
 <https://orcid.org/0000-0001-8270-0534>

argumentação racional, exerce um papel fundamental em tais discursos. Nesse sentido, a delimitação de um perfil de ator da enunciação direciona a leitura de tais textos para um regime de confiança (Landowski, 1992) que, no limite, atenua o papel dos aspectos inteligíveis desses discursos.

Palavras-chave

Semiótica discursiva. Estilo. *Fake news*.

INTRODUÇÃO

Se há algo que ocupa posição premente nos estudos da linguagem em perspectivas discursivo-interacionais é toda uma classe de discursos e práticas chamados de desinformação. Tal premência se deve, acima de tudo, ao impacto que tais práticas discursivas apresentam, servindo de catalisadoras, quase sempre, para atitudes de preconceito, intolerância e ódio. O que buscamos mostrar no presente trabalho é como, por sua construção discursiva, a desinformação consegue dirigir os sujeitos, usando o estabelecimento de relações de confiança, a diferentes fazeres de ódio e como, igualmente, consegue dissuadi-los de outros fazeres, como a compreensão e a empatia.

O objetivo central deste trabalho é demonstrar que os discursos falsos e mentirosos se baseiam mais no estabelecimento de um regime de confiança que na construção de uma argumentação racional. Para isso, analisamos páginas de um portal conhecido por difundir discursos de desinformação: o *Jornal da Cidade Online* (JCO). Nesse sentido, consideramos como hipótese de partida que é a semelhança entre os discursos de desinformação e os discursos da imprensa, em especial a sensacionalista, que faz com que a sua circulação seja facilitada. Essa facilidade acaba por, gerando uma exposição contínua, construir um senso de fidelidade que serve de lastro para o estabelecimento de um regime de confiança. Nesse sentido, buscamos reconhecer alguns elementos de construção dos perfis de enunciador que permitem o estabelecimento, para enunciatários delimitados, de uma relação de confiança que os leva, no limite, a desconsiderar as anomalias (Barros, 2020) e aceitar o discurso como verdadeiro.

O PERCURSO GERATIVO DO SENTIDO

Sendo uma teoria do discurso pautada numa perspectiva enunciativo-interacional, a semiótica discursiva caracteriza-se como um estudo que busca compreender os mecanismos pelos quais os diferentes objetos semióticos e práticas constroem-se como portadores de sentido (Bertrand, 2003). Preocupados, assim, com a problemática do fazer sentido, os estudos na semiótica de linha francesa desenvolveram um aparato teórico-analítico centrado no percurso gerativo do sentido, ao qual nos referiremos como PGS. O PGS baseia-se na hipótese de que a significação não é um dado, mas construída por meio de diferentes operações, sendo, portanto, gerada em diferentes níveis que dão existência aos objetos semióticos (Greimas; Courtés, 1989). Cada nível do PGS possui uma componente sintática e uma componente semântica.

A semântica fundamental define as categorias elementares que fazem parte do processo de construção de sentido, representadas por semas, enquanto a sintaxe fundamental diz respeito a diferentes relações estabelecidas entre tais termos. A partir dessas relações elementares, mantendo o processo de geração do sentido, é preciso garantir que os movimentos dos níveis “inferiores” repercutam nos níveis “superiores”. Desse modo, no nível narrativo, segunda etapa do percurso, as categorias e relações do nível fundamental recebem investimentos tímico-axiológicos (euforia *versus* disforia) e são convertidas em objetos, na mesma medida em que são operados os investimentos modais.

As modalidades são, assim, distinguidas pela posição que ocupam num percurso realizado pelo sujeito e podem ser de quatro tipos: potencializantes, virtualizantes, atualizantes e realizantes. As potencializantes, /assumir/ e /aderir/, definem as relações do actante sujeito com o valor investido nos objetos, enquanto as modalidades virtualizantes, /dever/ e /querer/, se apresentam como a segunda etapa da narrativa, justificando movimentos narrativos posteriores (Fontanille; Zilberberg, 2001). Nesse sentido, passa a influir na narrativa uma outra instância, a do actante destinador, que direciona o sujeito, que assume a posição de destinatário, a /dever/ ou /querer/, modalidades que representam, em linhas gerais, a obrigação ou o desejo de alterar o estado de coisas inicial da narrativa. O destinador, nesse sentido, busca manipular o destinatário para que ele execute as transformações da narrativa. A modalidade do /saber/ é, assim, a expressão modal da competência cognitiva do sujeito, enquanto a modalidade do /poder/ expressa a permissão ou o impedimento, a efetiva

possibilidade de concretizar o fazer. O /saber/ pode ser visto, assim, por meio de um conhecimento necessário para realizar o fazer, ou de uma memória que torne o sujeito competente (Courtés, 1980), enquanto o /poder/ pode assumir diferentes formas, como a de um objeto que torna possível a realização do fazer.

O /ser/ e o /fazer/, por fim, são entendidos pela semiótica como as modalidades realizantes, pois encerram a narrativa servindo de concretização dos fazeres postos ao sujeito e materializando a mudança de estado necessária para o sucesso da empreitada. Essas modalidades estão diretamente relacionadas, por esse motivo, a chamada etapa da sanção. Nessa etapa da narrativa, concretizam-se o reconhecimento e a validação, por um destinador, do fazer do sujeito. A essa operação de reconhecimento da validade do fazer do sujeito, entendido como *performance*, dá-se o nome de sanção cognitiva. Contudo, há também a possibilidade de que, mediante o reconhecimento por parte do destinador da concretização ou não do fazer do sujeito, seja atribuído a ele um objeto de valor eufórico, recompensa, ou disfórico, punição. A esse segundo tipo de sanção chamamos de sanção pragmática. A sanção cognitiva, assim, precede logicamente a sanção pragmática (Greimas, 2014).

O terceiro nível do PGS, o discursivo, tem sua semântica construída pelo revestimento dos percursos construídos no nível semionarrativo por temas e figuras, responsáveis pelo delineamento ideológico do discurso (Fiorin, 1998). Complementando essas operações, no mesmo nível, como componente sintático, encontramos a temporalização, a espacialização e a actorialização. A temporalização diz respeito à organização cronológica das etapas da narrativa, dando um revestimento temporal para as etapas do nível narrativo, enquanto a espacialização diz respeito ao revestimento dos espaços da narrativa. A actorialização, por fim, diz respeito à projeção de atores, categoria semântica, como revestimento das posições actanciais. Fazem parte desse nível, também, duas metaoperações de extrema importância para a construção dos discursos, a actualização e a ancoragem, operações da semântica discursiva. A actualização diz respeito à instauração de uma instância subjetiva no discurso (Gomes, 2018), enquanto as projeções de pessoa, espaço e tempo podem ser concretizadas por investimentos semânticos, produzindo as operações de ancoragem espacial, ancoragem temporal e ancoragem actorial. Essas operações são responsáveis pela construção dos efeitos de verossimilhança (Fiorin, 1996), organizando uma rede de referências a lugares e momentos que fazem parte do universo semiótico comum ao enunciador e ao enunciatário, na mesma medida

em que a ancoragem actorial diz respeito ao revestimento dos actantes por atores que façam parte dos saberes compartilhados entre enunciador e enunciatário.

Realizadas as operações presentes no PGS, constitui-se o que se entende como o plano de conteúdo dos objetos semióticos. Esse plano, em linhas gerais, é apreendido pelo analista quando na análise dos discursos. A análise, nesse sentido, parte do que chamamos de plano da expressão, ou seja, da materialidade sensorialmente perceptível dos textos/objetos e que tem sido objeto de intensas investigações por parte dos semioticistas nos últimos anos (Mancini; Gomes, 2020). Essa reunião de um plano de expressão e de um plano de conteúdo, por meio dos processos de textualização, dá origem ao objeto semiótico, ou texto, de modo que todas as operações apresentadas constituem o que chamamos semiose (Bertrand, 2003; Fontanille, 2019).

O CONTRATO DE VERIDICÇÃO E O CONTRATO FIDUCIÁRIO

Produto da enunciação, o enunciado se constrói em torno de dois actantes: o enunciador, que assume o enunciado como seu, e o enunciatário, que recebe o enunciado como objeto. Esses actantes estabelecem entre si relações polêmicas ou contratuais. O contrato fiduciário é o vínculo intersubjetivo que sustenta a troca comunicativa entre dois sujeitos, que “já se funda assim na fidúcia, que se manifesta em duas versões: a confiança para a relação intersubjetiva, e a crença para a relação sujeito/objeto” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 264). É nesse sentido que, afirma Greimas (2014, p. 122), “não se espera mais do sujeito da enunciação a produção de um discurso verdadeiro, mas de um discurso que gere o efeito de sentido de ‘verdade’”. Assim, se não há mais a produção de um discurso verdadeiro, não há mais a produção de um discurso que possa se posicionar incontestemente como o portador da verdade e, desse modo, “não pode haver discurso capaz de estatuir a falsidade dos discursos pretensamente verdadeiros” (Greimas, 2014, p. 122), devendo-se apenas avaliar a adesão ou não dos sujeitos a esses discursos.

É nesse cenário que, como afirma Parret (1988, p. 72), “o enunciado verídico não é senão o efeito de uma enunciação veridictória”. Tal enunciação é aceita como tal, lida como tal, acreditada como tal, de modo que “o dizer-verdadeiro é antes um fazer-parecer-verdadeiro, portanto a construção de um discurso cuja função não pode ser o dizer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro” (Parret, 1988, p. 75). Assim, o dizer-verdadeiro nada mais é que um fazer

crer que o dizer é verdadeiro, de modo que é no ato de dizer que a verdade se constrói, e, assim, a noção de verdade deve estar centrada na superfície do dito, no seu parecer. A avaliação dos discursos como verdadeiros, nesse sentido, se centra fundamentalmente em sua manifestação, contra a qual se infere a imanência, o seu ser. O estabelecimento dessa relação é o que constitui o julgamento veridictório, ou seja, o reconhecimento ou não de um discurso como verdade, por meio de um confronto entre as modalidades veridictórias, /ser/ e /parecer/. Assim, surge o que se entende por regimes veridictórios da “verdade (quando parecer e ser coincidem), da dissimulação e do segredo (ser + não parecer), da simulação e da mentira (parecer + não ser) e, enfim, da falsidade, que marca uma não pertinência no interior do discurso considerado (não ser + não parecer)” (Bertrand, 2003, p. 434).

Nesse sentido, no que se relaciona à veridicção, dois são os fazeres delimitados pela teoria semiótica. Um deles é o fazer-persuasivo do enunciador, que

[...] procura fazer-crer por meio de um fazer-parecer-verdadeiro. Não se trata de produzir, de criar verdades, mas sim efeitos de verdade. O sujeito do fazer persuasivo quer levar seu destinatário a crer que o estado que apresenta parece e é verdadeiro (ou falso etc.) (Barros, 2001, p. 56).

O outro cabe ao enunciatário, enquanto sujeito do fazer interpretativo, que sanciona essa produção de um parecer-verdadeiro com base em uma identificação e uma comparação, de modo que “o reconhecimento da ‘verdade’, que até Einstein, inclusive, era definido por sua adequação à ‘realidade’ referencial, o é agora pela adequação a nosso próprio universo cognitivo” (Greimas, 2014, p. 131). Assumir o discurso, portanto, como pertencente a um dos regimes veridictórios é, desse modo, confrontar o que se tem à vista enquanto possível dizer-verdadeiro e fazer um controle de adequação ao que já fora assumido como parte de um dos regimes. Essa assunção se dá pela predominância de determinadas estratégias na construção do discurso.

De um lado, as estratégias sensíveis visam afetar o outro, de modo que o convencimento se dê pela interação sensível, ou seja, o enunciador manipula afetos do outro para que, afetado, o enunciatário passe a aceitar os valores e representações veiculados pelos discursos (Landowski, 1992). De outro lado, há também o uso de estratégias inteligíveis pelo enunciador, que constroem uma racionalidade discursiva aceitável para os padrões estabelecidos, os regimes contratos, que, por essa racionalidade, assume os valores (Landowski,

2014). O que entra em jogo nesse exercício de adequação são a crença e a força da crença do sujeito naquilo que já é parte de seu universo cognitivo. Assim, um novo discurso que se apresenta enquanto dizer-verdadeiro, a depender de em qual regime seja julgado, pode alterar o *status* de outro discurso que é parte do universo cognitivo do sujeito.

OS ESTUDOS SOBRE ESTILÍSTICA DISCURSIVA

Um texto-enunciado, para a semiótica, se constitui como uma unidade completa de sentido, comportando em si, inclusive, as condições de sua aceitação e validade por meio dos contratos pressupostos ao discurso. Essas unidades textuais completas podem ser vistas, pela semiótica, como parte de uma totalidade que a complementa (Discini, 2018), de um universo discursivo de que fazem parte. Nesse sentido, a programação discursiva, a construção dos textos-enunciados, é constituída pela série de escolhas realizadas pelo enunciatador: quais elementos servirão de temas, figuras, atores, qual linguagem servirá à textualização, quais elementos do plano da expressão estarão homólogos aos do plano do conteúdo etc. (Fiorin, 2000). Assim, por serem frutos de escolhas de um enunciatador, elas passam a delimitar a silhueta de um ator da enunciação, depreensível de um conjunto de enunciados, e constroem um corpo para esse ator, uma imagem identificável e recorrente nessas escolhas (Discini, 2009, 2015).

Desse modo, os estudos de estilística discursiva se apresentam como uma busca pelas invariantes que se atualizam em cada texto, pelas marcas de sentido que se fazem presentes em todas as unidades que compõem uma totalidade, o que se entende como fato de estilo (Discini, 2009). Em termos semióticos, os estudos em estilística discursiva tratam da identificação de uma quase presença (Discini, 2015) nos discursos. Como aponta Gomes (2015), essa quase presença se constitui pelos movimentos aspectuais que, recaindo sobre as categorias enunciadas, constroem uma memória do já dito e uma promessa do que virá: um esboço de traços já reconhecidos em outras unidades dessa totalidade e uma expectativa dos traços que se farão presentes em outras unidades da mesma totalidade.

Isso, no entanto, não esgota os estudos sobre estilo na área. Ao pensar a enunciação enunciada (Fiorin, 2020), é possível definir que os próprios atores da enunciação apresentam, numa totalidade de textos, um estilo reconhecível.

Nesse sentido, o enunciado, como produto da enunciação, guarda suas marcas, que incluem uma caracterização de um enunciador e de um enunciatário, projetados no texto, que podem ser reconstruídos pela análise. A uma totalidade de textos-enunciados podem-se, assim, prospectar um enunciador comum e um enunciatário comum, que negociam esquemas de valores, papéis e ações ao longo dos textos-enunciados que a compõem enquanto unidades. É, portanto, possível, na análise de unidades textuais, no plural, prospectar uma unidade enunciativa comum, que perspectiva os textos, valora os valores, sofre os afetos, enfim: um perfil do enunciador (Discini, 2015).

Esses perfis fazem, igualmente, parte da construção das esferas de circulação dos discursos. Desse modo, se pensarmos em discursos jornalísticos, por exemplo, o estilo de um jornal delimita seu público, como aponta Discini (2009), amparada em Landowski (1992). Considerar, assim, as categorias dos estudos de estilística discursiva mostra-se fundamental para a compreensão das estratégias de construção veridictória dos discursos: a manutenção de um estilo, nesse sentido, é parte das estratégias de estabelecimento das relações de confiança e de crença.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O tensionamento dos discursos de desinformação com as instâncias legitimadas do saber, muitas vezes, se dá por meio da emulação. Nesse sentido, da mesma forma que os veículos legitimados de notícias se apropriam do ambiente virtual por meio de suas páginas oficiais, os propagadores de desinformação parecem adotar a mesma estratégia. A busca, assim, é sempre a de se apresentar como uma fonte legítima e confiável de informação para os seus destinatários, sujeitos com os quais compartilham valores e crenças. É interessante, nesse sentido, que nossa fonte se apresente como um jornal. O portal JCO é alvo recorrente de campanhas e investigações pela propagação de notícias falsas e réu em mais de cem processos cíveis, criminais e eleitorais, de acordo com consulta ao *site* JusBrasil. Para as nossas análises, realizamos a captura da *web* de páginas do *site* no dia 20 de agosto de 2022, primeiro dia de campanha eleitoral para as eleições gerais do ano de 2022.

INVESTIGANDO A DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS

Os discursos do meio virtual assumem posição privilegiada no cenário da crise da veridicção, já que, como ressalta Barros (2015, p. 19), “a interatividade exacerbada, a longa duração ou permanência dos discursos e a grande extensão de seu alcance comunicacional são características de base dos discursos na internet”, visto que “a internet cria a presença virtual dos interlocutores (e do contexto), que estão na *mesma sala de bate-papo*, que estão *on-line*, que entram e saem da sala, que mostram o espaço em que estão” (Barros, 2015, p. 17, grifo da autora). Além disso, ainda segundo a autora, “predominam, em relação ao ator, os mesmos efeitos de alternância de papéis e reciprocidade entre os interlocutores, próprios da fala *ideal*” (Barros, 2015, p. 17, grifo da autora). Esses aspectos, no entanto, podem ser estendidos para todos os meios de interação digital, inclusive para os *sites* que ora analisamos.

A primeira grande constatação a ser feita quanto a esses portais difusores de desinformação é a sua semelhança com páginas de veículos da imprensa séria, no que concerne à diagramação e ao modo de organização textual. A página inicial do JCO, nesse sentido, apresenta um *link* para seus editoriais, divulgação de uma revista ligada ao mesmo grupo empresarial, *links* para redes sociais, além do oferecimento de assinaturas e aplicativos oficiais (ver Figura 1).



Figura 1 – Página inicial do portal JCO

Fonte: Captura da web.

A configuração cromática da página, em cores frias sobre um fundo branco, aproxima-se daquela encontrada em portais já tradicionais do jornalismo brasileiro, como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. A configuração topológica, relativa à disposição espacial dos elementos visuais, direciona percursos de leitura semelhantes aos jornais impressos, com as principais manchetes do lado esquerdo e no topo e a leitura prosseguindo à direita e abaixo, construindo uma hierarquia visual já conhecida dos leitores. O uso farto de imagens, acompanhando cada uma das manchetes, estabelece quase sempre relações de redimensionamento, em que “o verbal, tanto quanto o visual, pode preencher silêncios, omissões, reticências, de modo que uma linguagem concretize aquilo que está pressuposto, sugerido ou imaginado na outra” (Gomes, 2008, p. 77): o dedo em riste na fotografia que acompanha a manchete sobre o ex-presidente Lula amplia os sentidos do suposto ataque realizado a padres e pastores, mostrando uma efetiva postura de combate, sugerindo que, para além do ataque retórico, o ator retratado tem disposição para transpor suas falas em atos; o sorriso dos atores, aliados de Lula, que cercam o deputado André Janones, responsabilizado pela “afirmação gravíssima”, constrói um sentido de cumplicidade entre eles que, pelo exposto no verbal, supõe-se incluir também o ministro Alexandre de Moraes. A extrapolação de conteúdos, nesse sentido, mira fortalecer os “fatos”, as denúncias e as posturas construídos nas manchetes.

O que vemos na página inicial do *site* JCO é um apelo às estratégias de construção da crença apontadas por Barros (2020) como caracterizadoras dos discursos mentirosos na internet. Assim, a gradação da verdade e da falsidade, em que a aceitação de notícias verdadeiras leva à construção de notícias falsas, parece presente de modo indiscriminado na página: a derrota judicial de Lula, referida na manchete, refere-se a um processo em que este solicitava a retirada de redes sociais de postagem que ligavam o Partido dos Trabalhadores (PT) à facção criminosa PCC. Assim, ainda que a derrota judicial tenha de fato sido noticiada, a reportagem linkada traz apenas uma reprodução das postagens que propõem tal relação (ver Figura 2), além de apresentar, logo de início, um juízo depreciativo do estado da campanha eleitoral do líder petista: “A situação de Lula e do PT está se complicando nesse início de campanha eleitoral. Tudo começou a dar errado. Eventos esvaziados, desânimo e derrotas judiciais”.



Figura 2 – Trecho da reportagem “Lula tem péssimo sábado, com derrota para Bolsonaro no TSE”

Fonte: Captura da web.

O texto da referida reportagem continua, assim, não como um relato da decisão judicial e de suas repercussões, mas como uma replicação dos textos-base da ação, os tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro (ver Figura 2). Assim, uma notícia tida por verdadeira, a derrota judicial do presidente Lula, então candidato, esconde uma veiculação de publicidade política e a replicação dos enunciados, falsos, que atribuem uma ligação do presidente Lula com a organização criminosa PCC. A superfície textual, assim, destacando o texto das postagens do ex-presidente Bolsonaro com uma tarja de destaque em cor diferenciada e o uso do negrito, acentua o conteúdo, dando a ele maior relevância e destaque. Desse modo, pouco relevo tem o conteúdo verdadeiro, a derrota judicial, importando mais o conteúdo falso, a relação entre o PT e o PCC, que o enunciador busca fazer passar por verdadeiro.

Esse esforço visa, assim, reconfigurar os conhecimentos e as crenças dos enunciatários, inculcando valores e certezas ligados àquilo que o destinador tem por objetivo. Assim, por meio de uma série de atos epistêmicos, discursos entendidos inicialmente como inverídicos, improváveis de serem verdadeiros (não parecem ser), são pouco a pouco tomados por certezas pelo enunciatário. A certeza, nesse sentido, é caracterizada por uma posição tônica, em que o sujeito adere a esses conhecimentos de maneira intensa,¹ fechando-se para

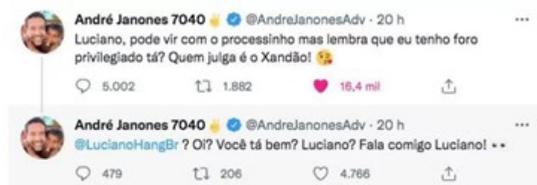
1 Os estudos tensivos em semiótica, aos quais fizemos breve referência em nossa fundamentação teórica, consideram a intensidade como ligada aos afetos e estados de alma do sujeito. Assim, uma grandeza intensa apresenta-se para o sujeito como possuidora de uma carga sensível mais elevada, enquanto seu posicionamento inteligível-racional é mais débil (cf. Fontanille; Zilberberg, 2001).

conhecimentos que possam estabelecer o contraditório. O estabelecimento, portanto, seja da crença ou da confiança, visa, em última análise, tornar o sujeito impermeável a outros discursos, assumindo como verdades apenas aqueles condizentes com o esquema de valores proposto pelo destinador-enunciador, quase como um discurso de seitas. Carregam-se, nesse sentido, as tintas quanto à caracterização dos atores apresentados no enunciado, em especial a figura do ex-presidente Lula, referido como “meliante” e “ex-presidiário”.

Do mesmo modo, a figura de um ator da enunciação que desvela um segredo, já estudada por Barros (2020), aparece. Na reportagem linkada na manchete “Em afirmação gravíssima, aliado de Lula expõe ativismo judicial e envolve ‘Xandão’” (ver Figura 3), oferece-se uma interpretação de um tuíte do deputado André Janones como sendo a prova cabal de uma conspiração judiciária que envolve atores de esquerda e ministros do Supremo Tribunal Federal.

Uma publicação do deputado federal André Janones (Avante-MG) voltou a trazer à tona um assunto delicadíssimo na esfera política e jurídica brasileira.

"Luciano, pode vir com o processinho mas lembra que eu tenho foro privilegiado tá? Quem julga é o Xandão!" , escreveu o político que declarou apoio a Lula e tem assumido uma posição de destaque na campanha do petista à presidência da República.



A fala, em que deixa escancarado que sente-se protegido 'pelo ativismo judicial' e, ainda mais grave, dá a entender que sairia vitorioso em processos julgados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, é uma grande provocação a todo o sistema.

Figura 3 – Trecho da reportagem “Em afirmação gravíssima, aliado de Lula expõe ativismo judicial e envolve ‘Xandão’”

Fonte: Captura da web.

Por meio de um uso intrincado de debreagens de primeiro e segundo graus, feitas com uso intercalado de discursos diretos e indiretos, a voz que denuncia a conspiração confunde-se com a voz dos supostos conspiradores, de modo que a interpretação das falas se confunde com as próprias falas: a

acusação torna-se confissão. Assim, ao marcar em seu enunciado a expressão “ativismo judicial” (ver Figura 3) com aspas simples, o enunciador do texto de desinformação busca fazer parecer que essa expressão é parte do posicionamento do deputado André Janones, ou seja, que o tuíte do deputado, ao apresentar o ministro Alexandre de Moraes como Xandão, evidencia haver entre eles um conluio, uma cumplicidade. O enunciatário, portanto, é levado a crer que aquilo que o enunciador apresenta como verdade está baseado em falas fidedignas, de modo que não é o enunciador que denuncia a conspiração, mas os próprios conspiradores que a deixam evidente por meio de lapsos. Assim, o uso do adjetivo “escancarado” tonifica o sentido construído no texto desinformativo, já que acentua a validade da interpretação que o enunciador busca construir para o tuíte do deputado André Janones.

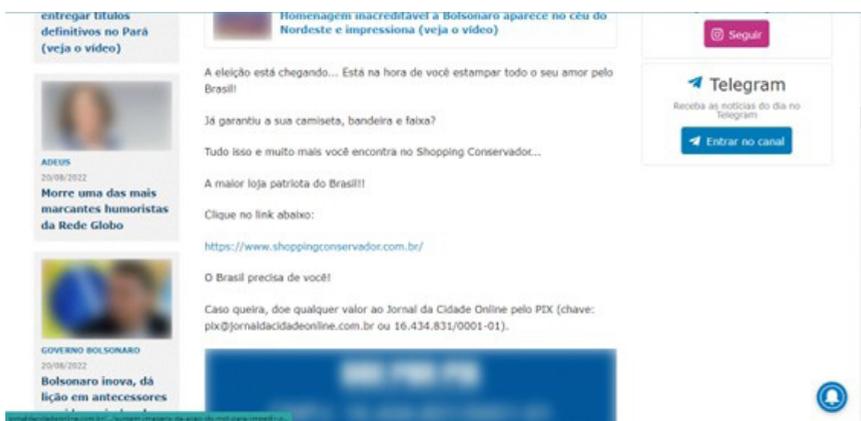


Figura 4 – Fechamento das páginas do portal JCO

Fonte: Captura da web.

Outra constante nas páginas veiculadoras de desinformação é, nesse sentido, a tentativa de transpor o limite entre atos cognitivos (instauração de certezas) e fazeres pragmáticos (ações no mundo), como vemos nos pedidos de ajuda financeira sempre presentes nas páginas do portal (ver Figura 4). Primeiramente, delimitam-se de modo mais explícito perfis para o enunciador e para o enunciatário, caracterizados como patriotas e conservadores. Solicita-se desses enunciatários, em seguida, a ostentação de símbolos patrióticos e conservadores e, no fim, faz-se um pedido implícito de doações financeiras. O que se mostra mais curioso, no entanto, é a frase “O Brasil precisa de você!”, na qual o enunciador esconde-se por trás da figura da nação em seu direcionamento a

determinados fazeres. Assim, dois direcionamentos interpretativos se mostram possíveis: o enunciador é quem precisa da fidelidade do enunciatário-leitor e usa a sensibilidade patriótica para causar essa fidelização, num resultado semelhante ao observado por Discini (2009) sobre os usos de estratégias sensíveis pela imprensa sensacionalista e seu uso do humor; ou o enunciador espera do enunciatário uma adesão incondicional aos fazeres direcionados, seja implícita ou explicitamente, já que a instância destinadora, a pátria, aparece como incontestável.



Figura 5 – Trecho de reportagem do portal JCO

Fonte: Captura da web.

O uso da intertextualidade para a construção de credibilidade é constante em tais veículos, seja citando órgãos de imprensa ou mostrando informações de fontes apresentadas como confiáveis. No entanto, esses usos são sempre cercados de descontextualizações. Na Figura 5, no trecho da reportagem intitulada “Eduardo Cunha refuta decisão de Fux e reafirma que vai sim, disputar a eleição”, percebemos a relação intertextual estabelecida pela colocação no enunciado da nota da banca de advogados responsável pela defesa de Eduardo Cunha, algo comum em veículos de imprensa, mas fazendo ler nisso uma refutação da decisão referida e a continuidade da campanha eleitoral do ex-deputado. Cria-se, assim, por meio da distorção dos dizeres do outro, uma espécie de realidade paralela, em que a legitimidade da banca de advogados se mostra maior que a legitimidade do ministro do Supremo Tribunal Federal, e a nota dos advogados mostra-se capaz de derrubar a decisão de um ministro.

O que observamos em nosso cotidiano, desse modo, é o uso de tais discursos como meio de engajar um enunciatório, visando à reconstrução paulatina de seu sistema de crenças. Assim, a hiperexposição a tais conteúdos faz com que os sujeitos virtualizem valores e saberes que, quando retomados e atualizados como competências, já trarão em si a possibilidade de engajamento. Nesse sentido, o reconhecimento e a aceitação da legitimidade daquele ator político que se apresente como um destinador são, ao menos em tese, mais facilmente aceitos, possibilitando uma fidelização a esses atores.

CONCLUSÃO

Como aponta Barros (2019, p. 13), os discursos desinformativos são “discursos do ódio e desencadeadores de ações discriminatórias. Daí esse mundo de mentira e de ódio, em que estamos vivendo hoje, e que precisa ser desmascarado pelo ensino-aprendizagem na escola”. Vamos além nas considerações e entendemos que, para além do ambiente escolar, devem ser pensadas estratégias amplas de conscientização quanto ao papel dos discursos desinformativos como motivadores de atitudes e posturas extremistas. Assim, diversos são os desafios que se apresentam para o docente-formador, num entendimento ampliado do que seja educação, para o combate a tais práticas.

Desse modo, certos rasgos na normalidade de sua construção nos permitem perceber diferenças entre tais discursos e os discursos de informação legítima: a disposição dos parágrafos, uso excessivo de letras maiúsculas e recursos tipográficos não padronizados, como já apontados por Barros (2020). Além disso, pudemos perceber a escolha vocabular que expressa posições e julgamentos acentuados, afastando-se do efeito de neutralidade jornalístico, o emprego de expressões grosseiras e agressivas, sem contar as descontextualizações e extrapolações interpretativas. Assim, direcionar a atenção a esses elementos dissonantes é um caminho para a prevenção e desconstrução desses discursos.

Compreender, assim, os modos de sensibilização e de estabelecimento da confiança que permitem, em última análise, a passagem da certeza ao ato é fundamental para o trabalho docente e campanhas de esclarecimento. Mostrar aos sujeitos, seja em ambientes formais de ensino ou não, a relação entre o que é dito nos textos e o que isso pode se tornar no mundo extralinguístico se faz

urgente para um trabalho de conscientização efetivo. Mentiras e desinformações podem ser feitas de palavras, mas jamais serão apenas isso: serão golpes, serão o ódio, serão a morte.

Does it seem, but is it? A semiotic analysis of pages from the *Jornal da Cidade Online* portal.

Abstract

The present work, based on the assumptions of discursive semiotics (Greimas; Courtés, 1989; Fiorin, 2000; Barros, 2001), aims to identify the strategies of discursive construction used by a website known for disseminating disinformation: the *Jornal da Cidade Online* portal. We sought to map formal recurrences that would allow us to outline some of the prominent characteristics, as previously pointed out by Barros (2020), which can help recognize and debunk these disinformation discourses. Our conclusions indicate that the predominance of sensitive strategies, as opposed to the construction of rational arguments, plays a fundamental role in such discourses. In this sense, the delimitation of an enunciative actor's profile directs the interpretation of these texts toward a regime of trust (Landowski, 1992) that ultimately diminishes the role of intelligible aspects in these discourses.

Keywords

Discursive semiotics. Style. Fake news.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. de. A complexidade discursiva na internet. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 13, n. 2, p. 13-31, 2015.

BARROS, D. L. P. de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. *Estudos Semióticos*, v. 15, n. 2, p. 1-14, dez. 2019.

BARROS, D. L. P. de. *Fake news* e as anomalias. *VERBUM*, v. 9, n. 2, p. 26-41, set. 2020.

BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas; USP, 2001.

- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução Grupo CASA (Cadernos de Semiótica Aplicada). Bauru: Edusc, 2003.
- COURTÉS, J. *Introducción a la semiótica narrativa y discursiva: metodología y aplicación*. Traducción Sara Varsallo. Buenos Aires: Librería Hachette, 1980.
- DISCINI, N. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura*. São Paulo: Contexto, 2009.
- DISCINI, N. *Corpo e estilo*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DISCINI, N. O estilo e o ator da enunciação: Greimas na contemporaneidade. *Estudos Semióticos*, v. 14, n. 1, p. 117-132, 2018.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FIORIN, J. L. Duas concepções de enunciação. *Estudos Semióticos*, v. 16, n. 1, p. 122-137, 2020.
- FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. Tradução Jean Christtus Portela. São Paulo: Contexto, 2019.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Waldir Bevidas e Luiz Tatit. São Paulo: Humanitas, 2001.
- GOMES, R. S. *Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal*. Niterói: EdUFF, 2008.
- GOMES, R. S. Resenha. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 13, n. 1, p. 249-255, jul. 2015.
- GOMES, R. S. Um olhar semiótico da atualidade: a aspectualização a partir de Greimas. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 108-116, mar. 2018.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Edusp, 2014.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1989.
- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Pontes, 1992.
- LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.
- MANCINI, R.; GOMES, R. (org.). *Semiótica do sensível: questões do plano da expressão*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 1988.

REBELLO, A. Alvo de CPI, site de fake news com 903 anunciantes perde apoio com campanha. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/21/alvo-de-cpi-site-de-fake-news-com-903-anunciantes-perde-apoio-com-campanha.htm>. Acesso em: 6 abr. 2024.